

1 ATA DA 68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL 2 DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

3 Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária
4 no formato híbrido, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho
5 Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), de **forma presencial** os seguintes
6 conselheiros, **representantes da sociedade civil**: Vera Vargas, representante
7 titular (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Ricardo Maes, representante
8 suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Maria Del Carmen (
9 Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina
10 – IMDH-UFSC), e **representando o governo**: Cláudio Márcio Araújo da Gama,
11 representante titular (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), na **modalidade**
12 **online** participaram os **representantes governamentais**: Maicon de Medeiros,
13 representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS),
14 Marcos Espíndola (Secretaria de Estado da Educação – SED), Sílvia Cantarino
15 (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP),
16 delegado Luís Felipe Del Fuente (Secretaria de Estado da Segurança Pública –
17 SSP) e representando **a sociedade civil**: Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes
18 de Direitos – IGENDES), Ana Ludvig (Centro de Direitos Humanos de Brusque),
19 Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+), Felipe Candin (Cáritas
20 Brasileira), Nasser Haidar (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz),
21 Lucilene Binsfeld (Central Única dos Trabalhadores – CUT) e Maria Lúcia Haygert
22 (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa
23 Catarina – IMDH-UFSC) e como **convidados**: a diretora de direitos humanos da
24 SDS, senhora Ana Carolina de Castro Freitas Santos, e as estagiárias da
25 Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH): Sara Lopes
26 dos Santos e Shirley de Souza Costa. A **plenária é aberta (1)** pelo presidente
27 Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença
28 de todos (as), e deu início a **leitura da pauta para aprovação (3)**, após ter sido
29 feito o **levantamento de quórum (2)** com número suficiente para as deliberações,
30 antes de começar a reunião. O presidente solicitou a inclusão de mais um ponto
31 de pauta para tratar da **formalização da Comissão Organizadora da**
32 **Conferência de Direitos Humanos**. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) relatou
33 que faria um informe quanto a sua participação em uma reunião do Conselho
34 Nacional de Direitos Humanos sobre o Comitê e o Mecanismo de Combate à
35 Tortura. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, a Secretária do Conselho
36 mencionou não ter recebido nenhuma. Dando continuidade a reunião foi iniciado o
37 **ponto (5) Proposta de Protocolo Estadual Integrado das Violações de**
38 **Direitos Humanos**, o presidente Fabrício (Acontece) solicitou ao conselheiro
39 Maicon de Medeiros (SAS) fizesse o informe sobre a reunião que aconteceu entre
40 os presidentes dos conselhos e o Setor da DIDH, responsável pela tabulação dos
41 dados referentes às denúncias com proposta de futuramente construir um
42 protocolo contemplando o fluxo das denúncias. Essa pauta tem como objetivo
43 reorganizar o processo de acolhimento das denúncias que vem da ouvidoria
44 nacional, por meio de seus diversos canais. Quando essas denúncias chegavam
45 ao estado, eram distribuídas às gerências, cada uma dessas dava um
46 atendimento diferenciado, mas foi percebido que o atendimento precisava ser
47 qualificado. A partir dessa percepção, foi centralizado o encaminhamento das
48 denúncias para uma equipe fazer o devido tratamento. O conselheiro Maicon de
49 Medeiros (SAS) explicou que a intenção seria oficializar esse espaço dentro da
50 Diretoria que está fazendo o acolhimento, encaminhamento e monitoramento das
51 denúncias. Em relação à reunião realizada com os Conselhos da Pasta o objetivo
52 seria de ouvi-los e saber quais efetivamente recebem denúncias para que
53 posteriormente seja organizado um fluxo de trabalho entre os conselhos e esse
54 espaço da ouvidoria dentro da DIDH. O conselheiro concluiu explicando se tratar

55 do início de um trabalho com a intenção de ser estendido para todo o estado. A
56 diretora Ana Carolina (DIDH) mencionou sua preocupação em relação ao não
57 acompanhamento das denúncias. A intenção seria realizar encontros trimestrais
58 com os conselhos respeitando sua autonomia, no intuito de reportar as entregas e
59 cobranças das denúncias por àqueles para fins de registro evitando desta forma a
60 perda de dados. O conselheiro Maicon de Medeiros (SAS) complementou
61 explicando que o projeto seria resultado de intervenção da estagiária Nara e
62 mencionou a importância do processo de formação dos/as profissionais e a
63 parceria com as universidades. O presidente afirmou que o fluxo das denúncias
64 no estado não é delineado e ressaltou a importância desse projeto presumindo a
65 obtenção de indicadores para auxiliar na construção de políticas Públicas em
66 Direitos Humanos. Fabrício (Acontece) agradeceu e solicitou que ao final do
67 projeto o protocolo seja apresentado ao Conselho. A sequência foi alterada, a
68 pedido do presidente para ser tratado sobre a formalização da **Comissão**
69 **Organizadora da Conferência, ponto (6)**. O presidente mencionou que os
70 trabalhos realizados pelos membros da Comissão de Políticas Públicas estão
71 fluindo, porém foi esquecido de formalizar a Comissão Organizadora da
72 Conferência. Fabrício (Acontece) indagou ao pleno acerca dos integrantes da
73 referida Comissão, e propôs que os mesmos integrantes da Comissão de
74 Políticas Públicas compusessem a Comissão Organizadora da Conferência. A
75 conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) pediu para que além dos integrantes da
76 Comissão Organizadora fosse decidido também pelos responsáveis da
77 organização das regionais. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) fez um
78 relato sobre a reunião da Comissão de Legislação e Normas para redigir o
79 regimento interno da Conferência. O primeiro ponto colocado foi quanto à
80 necessidade da **formalização de uma Comissão Organizadora da Conferência**
81 para que desta forma seja possível sair definições que precisam estar no
82 regimento, e elencou como exemplos: o tema geral, a ementa, os eixos, definir a
83 forma de participação quando da inscrição, se por grupos de trabalho, se por
84 eixos, se serão livres, e além dessas, várias outras definições precisariam ser
85 discutidas pela Comissão Organizadora e trazidas ao CEDH. Outra questão
86 colocada pela conselheira foi quanto à verificação de uma cláusula presente nos 3
87 (três) regimentos analisados, quanto a não vinculação da Conferência Estadual à
88 prévia realização das Conferências Regionais ou Municipais. A sugestão seria
89 que a comissão de Políticas públicas continuasse seus trabalhos, sendo
90 formalizada como Comissão Organizadora da Conferência. A conselheira
91 Lucilene Binsfeld (CUT-SC) indagou sobre a retirada de delegados no caso de
92 não vinculação entre as Conferências Regionais e a Conferência Estadual.
93 Sugeriu que nesta reunião plenária ficassem aprovados os eixos, a carta-convite,
94 forma de participação dos inscritos, datas, evitando desta forma a postergar
95 novamente o início das Conferências. A **Comissão Organizadora da**
96 **Conferência** ficou composta pelos seguintes membros: **Lucilene Binsfeld (CUT-**
97 **SC), Maria Lúcia Haygert (IMDH-UFSC), Ana Ludvig (Centros dos Direitos**
98 **Humanos de Brusque), Erli (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Nasser**
99 **Haidar Barbosa (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Maicon**
100 **de Medeiros (SAS) e Celina Duarte Rinaldi (IGENTES)**. Na semana seguinte a
101 essa reunião plenária, a Comissão de Legislação e Normas fará o
102 encaminhamento da Resolução para publicação. **Encaminhamento: Solicitar**
103 **publicação de Resolução que institui a Comissão Organizadora da**
104 **Conferência com a composição supracitada**. Na sequência, foi iniciado o
105 **ponto (7) apresentação dos trabalhos das Comissões de políticas Públicas e**
106 **Legislação e Normas referentes às Conferências Regionais**. A conselheira
107 Maria Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) explicou que a comissão optou por trabalhar
108 com os eixos do Plano Nacional, uma vez que a perspectiva da Conferência seria
109 a formulação do Plano Estadual de Direitos Humanos de Santa Catarina. A

110 comissão estaria utilizando o modelo do Regimento do estado do Rio Grande do
111 Sul que estariam em processo de realização de Conferências para organização
112 das Conferências do CEDH-SC. A organização foi pensada da seguinte forma:
113 apresentação dos eixos, diagnósticos do estado, as referências e abrir aos
114 participantes para formularem propostas. A conselheira mencionou ter sido feito
115 um esboço de roteiro, disponível no drive (Google), a carta-convite para as
116 entidades e municípios. O roteiro ainda não estaria pronto, mas explicou que era
117 composto: pelos eixos, proposta de diagnóstico e referência. As propostas
118 ficariam em aberto, pois seriam formuladas pelos participantes. Quanto as
119 diagnóstico e referências, esclareceu que a Comissão não teria conseguido
120 concluir. A conselheira expôs que teria se reunido com 2 (duas) professoras do
121 IMDH para auxiliá-la na construção desse documento, foi sugerido utilizar como
122 diagnóstico, as propostas que saíram das lives das Mesorregiões da gestão
123 anterior, compilada e disponibilizada no drive do CEDH-SC somado ao
124 levantamento de denúncias recebidas no estado. Quanto às referências sugeriu
125 serem feitas perguntas orientadoras, com base nos eixos e diagnósticos. O prazo
126 sugerido para finalização do documento foi o dia 20/04/2023 para apreciação e
127 aprovação, uma vez que a 1ª Conferência acontecerá no dia 09/05, data antes da
128 plenária do mês de Maio. Outra sugestão seria levar o roteiro e textos de
129 subsídios em pastinhas, indagou a secretária do CEDH, quanto a possibilidade de
130 obtenção de pastas. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) mencionou que foi
131 solicitado pelo Movimento Sindical a inclusão do tema Direitos Humanos e o
132 mundo do trabalho escravo. Outra proposta foi a entrega do Plano Estadual de
133 Direitos Humanos ao governo do estado no dia 10 de dezembro. A conselheira
134 Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) levantou 2 (duas) questões: a primeira quanto à
135 deflagração das Conferências mesmo sem a aprovação do Regimento Interno, e
136 o outro questionamento seria quanto a garantia de deflagração de todo o
137 processo se a atual gestão tem prazo final antes da data proposta para a
138 Conferência Estadual. Por fim, perguntou como seria a discussão: se por eixos ou
139 se livres, pois no regimento interno deve estar explicitado. O conselheiro Cláudio
140 Márcio da Gama (SCC) sugeriu deixar o evento instrumentalizado como
141 compromisso obrigatório para a próxima gestão. A conselheira Lúcia Haygert
142 (IMDH-UFSC) relatou que a ideia seria fazer 1 (um) dia de plenária por
143 mesorregião, pela manhã dividir por eixos, sendo livre a escolha do eixo,
144 resultando em propostas, por eixo. No período da tarde, essas propostas seriam
145 aprovadas e elaborado relatório com apresentação das propostas por cada eixo.
146 Dando continuidade o presidente sugeriu convocar uma reunião extraordinária
147 pela Mesa Diretora para aprovação do Regimento Interno, até o dia 08/05. A
148 secretária do conselho explicou que não teria representante do CEDH-SC na
149 região Sul, lembrou do prazo de solicitação de diárias, com pelo menos 10 (dez)
150 dias de antecedência. Concluiu mencionando ter sido enviada a carta-convite
151 para entidades e autoridades da região Sul e lembrou o prazo para entrega do
152 Termo de Referência com pelo menos 6 (seis) meses de antecedência. O
153 presidente Fabrício (Acontece) sugeriu buscar parcerias com o Ministério Público
154 para conseguir bloco de notas, coffee break, impressão de material. A conselheira
155 Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) relatou que a secretária do conselho estava
156 compartilhando todos os documentos no drive do CEDH de acesso a todos e
157 complementou sugerindo que a orientação seria sair no máximo 15 (quinze)
158 propostas de cada eixo. A professora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) indagou
159 sobre o local da Conferência Estadual para inclusão no Regimento Interno e no
160 Termo de Referência. Fabrício (Acontece) propôs até o dia 04/05 deliberar decidir
161 as questões pendentes de forma online, e; caso não resolvido até essa data a
162 Mesa Diretora convocaria uma reunião extraordinária para o dia 08/05. A
163 conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) perguntou o número de pessoas
164 que participariam da Conferência Estadual, foi respondido que seriam 6 (seis)

165 delegados de cada Mesorregional, sendo 4(quatro) representantes da sociedade
166 civil e 2 (dois) representantes do governo em relação ao voto, mas a plenária
167 seria aberta. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) sugeriu decidir nesta reunião
168 qual local será solicitado e deixar uma reunião extraordinária agendada para o
169 final deste mês. Ficou decidido que as pendências serão discutidas via online
170 (grupos das Comissões) e decididas até o dia 26/04, caso não resolvidas será
171 convocada uma reunião extraordinária pela Mesa Diretora para o dia 27/04. A
172 conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) mencionou ter sugerido 2 (dois) nomes
173 para o retorno das formações de conselheiros, para o mês de maio, o tema seria
174 soberania alimentar com a presidente do Conselho Estadual de Segurança
175 Alimentar e Nutricional – CONSEA/SC e para junho, educação inclusiva com a
176 professora Ana Paula Silva. O presidente se manifestou a favor da formação e
177 indagou ao pleno que também se manifestou favorável. Dando continuidade foi
178 iniciado o **ponto (8), devolutiva das ações da última plenária**. Fabrício
179 (Acontece) informou que no dia 14/04, participará de reunião com o promotor de
180 justiça, Dr. João Luiz de Carvalho Botega (MPSC) para tratar sobre os casos de
181 perseguição ideológica nas escolas no estado, agravado as crescentes ameaças
182 de ataques nas escolas nas últimas semanas. A secretária do conselho informou
183 que no dia 12/04 encaminhou e-mail para todos os conselheiros/as, resposta da
184 Secretaria de Estado da Educação (SED) quanto ao pedido de acompanhamento
185 do caso de perseguição a professora da escola Muquem no bairro Rio Vermelho.
186 Outro informe feito foi quanto à resposta ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina
187 (TJSC) sobre a vistoria técnica feita no ginásio que abrigou os moradores do Vale
188 das Palmeiras pela vice-presidente Celina (IGENTES). A conselheira Lúcia
189 Haygert (IMDH-UFSC) fez um informe quanto a evento a ser realizado no
190 auditório do IFSC, na Avenida Mauro Ramos, referente aos ataques nas escolas,
191 no dia 28/04. A secretária do conselho indagou ao pleno quanto ao tipo de
192 documento a ser expedido para a publicação da composição das Comissões
193 Especiais, se por meio de Resolução, que seria o documento mais adequado, ou
194 por meio de Portaria, o que não seria impossível, porém, seria uma decisão de
195 conselho sendo validada pelo gabinete. O pleno opta pela Resolução. Quanto ao
196 encaminhamento do Projeto de Lei que institui o Comitê e o Mecanismo de
197 Prevenção e Combate à Tortura, a secretária informou que o documento teria sido
198 enviado para a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Secretaria de
199 Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) e Secretaria de Estado
200 da Assistência Social, Mulher e Família (SAS) para que seja encaminhado por
201 meio do Poder Executivo. Para complementar o assunto a Gerente de Políticas
202 para Mulheres e Direitos Humanos, Débora Nunes cumprimentou a todos e
203 mencionou ter revisado o texto com bastante atenção, que teve acesso via SGPe,
204 porém no entendimento da Gerência e Diretoria de Direitos Humanos é que o
205 documento precisa ser revisado e trouxe como exemplo que o texto faz referência
206 a 5 (cinco) políticas mas cita apenas 4 (quatro), outra questão colocada pela
207 gerente foi quanto a indicação de várias entidades não governamentais para
208 participar do Comitê sem a justificativa. A gerente se comprometeu a se dedicar a
209 revisão do documento, juntamente com as estagiárias, o conselheiro Maicon
210 (SAS) e a diretora de Direitos Humanos. O documento deverá passar pelo setor
211 jurídico da Pasta para parecer do procurador e paralelamente revisar a parte
212 orçamentária seguindo as orientações da perita Bárbara (MNPCT). A gerente se
213 comprometeu a apresentar na próxima plenária um plano de ação referente a
214 esse assunto. Outro ponto apresentado pela gerente foi quanto à intenção do
215 estado em aderir ao Programa de proteção de defensores e defensoras de
216 Direitos Humanos. Débora (GEMDH/SAS) mencionou ter sido feita a tentativa de
217 articular com o governo federal para obter determinadas informações, mas não
218 houve retorno. A gerente solicitou ajuda para começarem as articulações, mas
219 ressaltou que precisaria saber dos trâmites institucionais e burocráticos. O

220 presidente Fabrício (Acontece) solicitou trabalhar junto na revisão do Projeto de
221 Lei e quanto ao Programa informou ter alguns contatos no Ministério da Justiça e
222 o contato direto do Ministro Sílvio Almeida e de sua assessoria, além dos contatos
223 do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Na sequência foi iniciado o **ponto**
224 **(9)** da pauta, **aprovação da ata da 67ª reunião plenária ordinária**. A secretária
225 lembrou que foram feitos 2 (dois) ajustes na ata que foi aprovada por
226 unanimidade. Seguindo a ordem de pauta foi introduzido o **ponto (10), informes**
227 **gerais**. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) relatou sobre denúncia recebida pelo
228 próprio e repassada ao presidente Fabrício (Acontece) que delegou ao 1º
229 Secretário do CEDH. O 1º Secretário do CEDH, senhor Cláudio Gama (SCC)
230 mencionou se tratar de denúncia relacionada a condição de gênero. De acordo
231 com o conselheiro foi providenciado abrigo para a vítima, advogado e transporte
232 para sua mudança, posto que teria sido agredida dentro de sua própria
233 residência. Em relação ao quilombo Vidal Martins, a convidada do conselheiro
234 não se fez presente. Por fim, Cláudio Gama (SCC) mencionou ter participado de
235 reunião no dia 11 de abril, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
236 não teria pedido a palavra mas escreveu no *chat* um breve relato sobre a situação
237 do Estado de Santa Catarina em relação a instalação do Mecanismo e do Comitê
238 de Prevenção e Combate à Tortura. O presidente Fabrício (Acontece) reforçou
239 convite para participar de reunião dia 14 de abril com o MPSC para tratar dos
240 casos de perseguição nas escolas. Concluiu fazendo um breve relato de sua fala
241 no Seminário de Educação em Direitos Humanos realizada no dia 12 de abril em
242 Joinville com participação de representantes da UNESCO. O presidente
243 agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela
244 Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício,
245 presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **6GZ9R9Y0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 16/06/2023 às 17:43:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzZHWjISOVkw> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **6GZ9R9Y0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.